

Orçamento Participativo em Municípios Predominantemente Rurais

Hemerson Luiz Pase¹

Resumo

Este trabalho estuda as possibilidades de implementação de formas inovadoras de gestão dos recursos públicos com participação dos cidadãos, tal como o Orçamento Participativo, em municípios predominantemente rurais, considerando a potencialidade dessas inovações para o desenvolvimento rural. Os resultados preliminares indicam que, não obstante a disposição (assumido programaticamente ou não) dos governantes em ceder importantes espaços de poder ao conjunto dos cidadãos, existem sérias dificuldades de se implantar com sucesso o Orçamento Participativo em municípios predominantemente rurais. Estas dificuldades devem-se a relações históricas de clientelismo e patrimonialismo entre cidadãos, burocracia estatal e poder público, e principalmente à impossibilidade da administração municipal em proporcionar um “mínimo” de recursos (relevante) para ser efetivamente gerido pelos cidadãos.

Palavras-chave: orçamento participativo, cidadania, desenvolvimento rural.

Abstract

The work studies the possibilities for implementation of innovative ways of administration of the public resources with the citizens' participation, just as the “participatory budget”, in municipal districts predominantly rural, considering the potentiality of these innovations for the rural development. The preliminary results indicate that, nevertheless the disposition (programmatically assumed or not) of the rulers in giving important spaces of power to the citizens' group, serious difficulties exist predominantly of implanting with success the “participatory budget” in municipal districts rural. These difficulties are due to historical relationships of clientelism and patrimonialism among citizens, state bureaucracy and cannot public, and mainly the impossibility of the municipal administration in providing a “minimum” of resources (important) to be indeed managed for the citizens.

Keywords: participatory budget, citizenship, rural development.

¹ Filósofo, mestre em Desenvolvimento Rural e doutorando no Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. hpase@itake.com.br

Introdução

Este trabalho apresenta os resultados parciais de nosso projeto de dissertação de Mestrado. O trabalho analisa a implantação do Orçamento Participativo enquanto formato inovador de gestão dos recursos públicos, em particular, e do poder público, em geral, com participação direta dos cidadãos em municípios predominantemente rurais.

Pretendemos analisar a relação entre os níveis de participação e a quantidade de recursos oferecida para o gerenciamento efetivo dos cidadãos e a cultura política tradicional enquanto elementos centrais para a obtenção de sucesso do Orçamento Participativo.

Na primeira parte faremos a contextualização do Orçamento Participativo enquanto uma forma de gerir os recursos da administração pública com a participação direta dos cidadãos. Num segundo momento delimitaremos a problemática sob a qual pretendemos nos debruçar, situaremos nossas hipóteses centrais, além de apresentarmos brevemente os municípios que serão estudados, Aratiba e Florianópolis. Na terceira parte faremos uma análise bibliográfica da temática. Ao final pretendemos especular acerca de alguns resultados, por mais provisórios que sejam.

O contexto do orçamento participativo

O Orçamento Participativo tem motivado um crescente número de cientistas que se sentem atraídos a pesquisar sobre formas inovadoras de gestão da coisa pública. As origens de tais processos de inovação na gestão pública são várias, no entanto nos parece importante destacar duas situações como precursoras principais: de um lado o contexto histórico dos últimos 15 ou 20 anos, do Brasil em particular e do terceiro mundo ou dos países pobres em geral, de uma crescente democratização dos sistemas políticos nacionais em

substituição a processos ditatoriais. De outro lado desenvolve-se uma tradição de esquerda que, uma vez livre das amarras da ditadura, conquista adeptos para suas fileiras partidárias e vitórias eleitorais significativas.

Na década de 60 os países desenvolvidos começam a perceber a inadequação das políticas implementadas a partir do final da Segunda Guerra Mundial. Naquele período é dado impulso a um crescente processo de democratização dos sistemas políticos. Uma democratização com liberdade significativa incluindo (em alguns casos) a possibilidade da participação dos cidadãos diretamente na formulação e gestão de políticas públicas, além da possibilidade de exercer o direito do voto.

A “redemocratização” do Brasil no final da década de 70 trouxe à tona o tema da cidadania, que por muitos anos havia sido “esquecido”. Nenhum outro período da história brasileira debateu tanto este tema. Em 1988 a nova Constituição Federal institucionaliza a descentralização das políticas públicas quando impulsiona, com grande ímpeto, a descentralização das políticas públicas federais, repassando consideráveis responsabilidades para municípios e Estados (muitas vezes sem um repasse equivalente de recursos), imprimindo uma crescente importância ao poder local. Chegamos, na década de 90, a considerar normal a iniciativa do Estado de propor a constituição de “conselhos” para contribuir com toda e qualquer espécie de política pública. Multiplicam-se conselhos de saúde, de educação, de agricultura, de indústria e comércio, de assistência social, todos com participação da sociedade. Lembremos que esta situação seria impensável há 20 anos, sob pena de significar um atentado à “segurança nacional”.

De outro lado, o processo de democratização do Estado brasileiro possibilitou um contexto político favorável às organizações e movimentos sociais e aos partidos de esquerda, removendo as bar-

reiras que os impediam de participar oficialmente de processos institucionais, tais como as eleições. A partir deste contexto conseguem ocupar importantes espaços de poder institucionais, vários pleitos eleitorais são vencidos pelos partidos de esquerda pelo Brasil afora. Estes partidos têm propostas político-ideológicas claramente contrárias ao autoritarismo e favoráveis à democratização com a participação dos cidadãos.

Vários municípios, e mais recentemente até Estados, procuram implantar formatos inovadores de gestão do aparelho estatal, possibilitando uma crescente participação da população. Além da multiplicação dos conselhos ocorrem outras iniciativas, tais como o Orçamento Participativo, que é um formato que procura possibilitar a participação direta dos cidadãos na gestão dos fundos públicos.

Vários estudos foram realizados no intuito de explicar como ocorrem e qual a metodologia, as motivações e principalmente os resultados do Orçamento Participativo, sendo que um dos casos que se tornou emblemático é o de Porto Alegre, capital do Estado do Rio Grande do Sul. Os estudos sobre Porto Alegre afirmam que o Orçamento Participativo possibilitou a participação dos cidadãos, a realização de empreendimentos de forma redistributiva (em favor da população mais pobre), construiu relações crescentemente cidadãs em substituição a relações clientelistas entre poder público e população (Navarro, 1998; Andrade, 2000).

Apesar do interesse e de todos esses esforços permanecem várias lacunas, uma delas diz respeito à possibilidade de implantação, com sucesso, do Orçamento Participativo em municípios predominantemente rurais.

A problemática

O Orçamento Participativo é considerado por alguns pesquisadores como um processo inovador de gestão do poder público com participação popular que tem contribuído crescentemente para a

promoção da cidadania. Segundo Fedozzi o OP é “...uma estratégia para a promoção da cidadania... (e) vem até o presente momento e em seus aspectos essenciais, promovendo condições institucionais favoráveis à emergência da forma – cidadania...” (1996, p. 294), referindo-se ao OP de Porto Alegre.

Além de se caracterizar como uma estratégia, o OP é um espaço público de gestão dos fundos estatais. Este espaço é formado por pessoas não necessariamente eleitas em pleitos eleitorais constitucionais, nem são operadores executivos do orçamento. Para Fedozzi, “Este processo, que pode ser sinteticamente definido como a instituição de uma esfera pública ativa de co-gestão do fundo público municipal...” (p. 295).

Fedozzi analisa de forma otimista os resultados do Orçamento Participativo devido ao fato de ter estudado uma das experiências mais exitosas, a de Porto Alegre, além de ter colaborado diretamente com a implantação desta experiência enquanto ator político. Nosso intuito é nos debruçarmos sobre experiências bem menos exitosas e, por vezes, fracassadas, em realidades bem diferenciadas das estudadas pelo autor citado.

Pretendemos realizar a identificação e a hierarquização dos fatores e/ou características que potencializam e impõem obstáculos à implantação do Orçamento Participativo em municípios predominantemente rurais. Ou, dito de outra forma: É possível construir efetivamente formas inovadoras de gestão dos recursos públicos com participação popular em municípios essencialmente rurais? A vontade dos governantes em ceder espaços de poder à população basta para que se crie uma cultura democrática nestes locais? A limitada possibilidade de oferecer recursos para serem geridos pelos participantes é um obstáculo para o OP? As histórias associativas, de um lado, e clientelistas, de outro, influenciam na implantação do OP?

O objetivo principal de nosso trabalho é analisar o processo de implantação do Orçamento Participativo enquanto uma inovação na gestão fiscal e social dos fundos públicos municipais, materializados em municípios predominantemente rurais.

A história da construção do Estado moderno baseia-se, de um lado, em estruturas burocráticas patrimonialistas e em relações sociais clientelistas e personalistas. De outro lado está a concepção cidadã do Estado moderno disputada entre o neoliberalismo (e sua defesa intransigente do indivíduo) e uma tradição de esquerda (defendendo a participação das classes pobres).

Os operadores governamentais (normalmente) possuem uma ingerência muito grande sobre os recursos públicos. Isso lhes permite a constituição de formatos de manipulação dos fundos públicos direcionada ao seus interesses, sejam eles financeiros ou (e principalmente) político – eleitorais.

A hipótese central de nosso trabalho é que apesar da vontade política dos operadores governamentais em ceder espaços de poder aos cidadãos e de romper as práticas clientelistas locais, a incapacidade financeira destes municípios em oferecerem recursos que possam ser geridos efetivamente pela população impõe obstáculos à implantação do Orçamento Participativo.

Nossa hipótese afirma que a vontade política dos governantes ao proporem formas inovadoras de gestão dos fundos públicos não é a condição suficiente para impulsionar o sucesso da implantação do Orçamento Participativo. A incapacidade financeira destes municípios gera a impossibilidade de proporem um “mínimo” de recursos que possam ser efetivamente geridos pelos cidadãos e direcionados para resolver suas demandas imediatas.

Os limites financeiros, aliados a um cultura política autoritária e clientelista, impõem sérios obstáculos à implantação do Orçamento Participativo em municípios predominantemente rurais.

Os municípios sobre os quais nos debruçaremos são Florianópolis e Aratuba. Localizam-se na região Norte do Estado do Rio Grande do Sul, a uma distância de aproximadamente 400 km da capital. São municípios eminentemente rurais, ou seja, municípios

de pequeno porte e que possuem sua base produtiva e econômica na agricultura, com parte predominante de sua população ligada ao meio rural, por meio de atividades produtivas exclusivamente agropecuárias ou pluriativas. Nestes municípios predominam relações sociais desencadeadas a partir de processos sociais agrários.

Aratiba possuía em 1997 uma população de 7.405 habitantes, um Produto Interno Bruto (PIB) total de R\$ 39.691.706,00, um PIB per capita de R\$ 5.360,00 e um PIB agropecuário de R\$ 22.599.482,00 (FEE, 1998). O Orçamento Participativo foi implantado em Aratiba em 1993 com a vitória eleitoral do Partido dos Trabalhadores, porém no início de 1997 o processo é interrompido com a vitória eleitoral da oposição.

Florianópolis possuía em 1997 uma população de 2.495 habitantes, um PIB total de R\$ 11.553.656,00, um PIB per capita de R\$ 4.631,00, e um PIB agropecuário de R\$ 6.591.092,00 (FEE, 1998). É um município jovem, criado em 1996 e sua primeira administração foi eleita pelo PT. Naquele ano é implantado o OP, que se desenvolve até os dias atuais.

A relevância destes dois casos se deve muito menos ao estudo de possíveis variáveis comuns e muito mais pelas suas peculiaridades e diferenças no que diz respeito a sua constituição enquanto municípios e de suas histórias de construção da cidadania e de implantação do Orçamento Participativo.

0 orçamento participativo

0 orçamento participativo

O Orçamento Participativo (OP) é um processo inovador de gestão pública embasada na participação direta dos cidadãos (Genro e Souza, 1999). Segundo Fedozzi, o OP é um processo de “*participa-*

ção popular na gestão pública” (1996, p. 3). Outra definição sobre o OP, referindo-se ao caso de Porto Alegre afirma que “...es un novedoso proceso de ‘administración fiscal social’ y participación en las decisiones locales implementadas en la ciudad...” (Navarro, 1998, p. 1).

Este processo tem sua origem ainda no período da ditadura militar, nos anos 70, quando as experiências referenciais foram as de Boa Esperança/ES, Piracicaba/SP, Lages/SC (Andrade, 2000), além de Pelotas, no Rio Grande do Sul. No final dos anos 80 esta prática é ampliada para vários municípios no país afora, principalmente onde o Partido dos Trabalhadores – PT – assume as administrações. Aparentemente o maior ou o mais visível sucesso ocorre em Porto Alegre, onde foi implantado pela “Administração Popular” no governo Olívio Dutra (1989-1992).

No interior do Estado do Rio Grande do Sul poucos municípios predominantemente rurais conseguiram a consolidação deste processo, não conseguindo reeleger as administrações que implantaram processos participativos, como nos casos de Severiano de Almeida, Ronda Alta e Aratiba. Esta constatação faz emergir a problemática que nos interessa neste estudo: qual a possibilidade de implantar processos de inovação da gestão administrativa e fiscal baseada na participação social e democratização do poder público, tal como o Orçamento Participativo, em municípios predominantemente rurais?

Navarro afirma que o sucesso obtido no OP de Porto Alegre se deve a três requisitos básicos: “*Um requisito inicial e óbvio é a vontade política de ceder importantes porções de poder... Outro requisito é uma disciplinada postura política para evitar as práticas clientelistas de costume... (e) O que é claro é a necessidade de embasar o processo em um rigoroso controle financeiro do orçamento municipal e oferecer um ‘mínimo’ de recursos a inves-*

tir...” (1998, p. 2 e 3, tradução livre). Estes requisitos nos remetem à desalentadora realidade enfrentada por municípios como Aratiba e Floriano Peixoto, ambos predominantemente rurais, os quais possuem poucas possibilidades de arrecadação fiscal.

A agricultura vem sofrendo uma crescente perda de importância na economia tanto nacional quanto internacional. A taxa de variação do Produto Interno Bruto – PIB agrícola brasileiro oscila de 9,6 em 1980 a – 4,4 em 1990 (Graziano da Silva, 1998, p. 106). Mesmo a atividade agroindustrial perde crescentemente importância tendo, de forma permanente, que aumentar sua escala de produção para conseguir se manter no mercado.

Os municípios predominantemente rurais, invariavelmente, chegam à década de 90 com crescentes índices de comprometimento dos recursos com o aparelho burocrático – pagamento de salários – e com dívidas a curto prazo, muitas vezes não conseguindo garantir os serviços essenciais à população. Como sua base produtiva e econômica é assentada na agricultura e/ou no rural, suas possibilidades de incremento na arrecadação e na geração de recursos financeiros para investimentos é muito limitada.

Clientelismo e cidadania

O Brasil, assim como toda a América Latina, possui uma forte tradição autoritária. Aqui coexistem instituições compatíveis com uma sociedade moderna (democrática) e práticas clientelistas e patrimonialistas. Essa contradição se desenvolve embasada em uma estrutura de gestão estatal patrimonialista.

As relações clientelistas, personalistas (da troca do voto pelo favor) impõem enormes obstáculos para a construção da cidadania, a qual exige condições completamente contraditórias às anteriores para seu desenvolvimento. É mister “... a separação entre as esfe-

ras 'pública' e 'privada', o exercício impessoal do poder e o respeito ao contrato social..." (Fedozzi, 1996, p. 6). A cidadania exige a construção de práticas democráticas e mudanças institucionais, sociais e jurídicas.

O processo de transformação estrutural e da emergência da cidadania ocorre quando a ordem tradicional baseada nas relações pessoais e patrimoniais é substituída por um poder impessoal, legal e racional. O Estado moderno pela da emancipação dos direitos políticos em relação aos religiosos, se desatreia da Igreja e com o rompimento entre o poder econômico e o político atrela-se à burguesia, favorecendo sua ascensão e garantindo a propriedade privada, a livre circulação das mercadorias e a igualdade de oportunidades entre os homens. A emergência do Estado moderno ocorre concomitantemente e como necessidade para o desenvolvimento do modo de produção capitalista.

Alguns autores afirmam que o Orçamento Participativo significa um processo de superação da democracia, aprimorando-a e aprofundando-a em favor das parcelas mais empobrecidas. Para Genro e Souza o O P democratizou a ação política e integrou os cidadãos comuns num novo "espaço público" (Genro; Souza, 1997, citados por Andrade, 2000). Abers afirma que o OP enfraqueceu tradições clientelistas em organizações de bairros, objetivando a incorporar um crescente número de moradores e instituindo formas mais democráticas de poder, inclusive na sua associação comunitária (Abers, 1998, citado por Andrade, 2000).

O Orçamento Participativo, tal como é analisado pelos autores citados anteriormente, cumpre uma função espetacular na perspectiva da radicalização da democracia na medida em que constitui uma forma de gestão de fundos públicos e, não obstante, um espaço de debates onde as diferenças sociais, econômicas e culturais são aplacadas. O OP constitui um "espaço comum de ação", um espaço público não-estatal no âmbito da sociedade civil.

Segundo Held, para ocorrer uma democracia efetiva é preciso que os cidadãos sejam livres e iguais, é preciso “*criar a possibilidade de uma cidadania livre e igual... uma estrutura comum de ação.*” (1994). Esta estrutura comum de ação é necessária para minimizar as diferenças de acesso ao poder e possibilitar que cidadãos nestas situações tenham possibilidades simétricas, num médio ou longo prazo.

O orçamento participativo em municípios predominantemente rurais

O Orçamento Participativo tem sido considerado uma das melhores experiências de gestão dos recursos públicos com participação dos cidadãos. Vários estudos demonstraram a sua capacidade de tornar transparente a gestão municipal, possibilitar um crescente acesso da população à coisa pública, consolidando-se enquanto um espaço de construção da cidadania. Fedozzi (1996) afirma que o OP é um efetivo espaço de construção cidadã.

Tais constatações são verdadeiras proporcionalmente ao método de avaliação que adotarmos. No caso a avaliação diz respeito ao OP enquanto uma concepção metodológica de gestão do Estado que possibilita o acesso de todos os cidadãos ao debate, à decisão e à fiscalização sobre os investimentos a serem realizados pelo orçamento municipal. Considerada esta metodologia, a avaliação nos parece correta. Efetivamente o OP, em conjunto com a democracia representativa, o poder Legislativo, possibilita realmente uma maior possibilidade de acesso da população à gestão do Estado, ação que ocorre de maneira infinitamente inferior em locais onde esta gestão é realizada somente pelo poder Legislativo constituído. Se mudarmos, entretanto, o foco de pesquisa e procurarmos visualizar o OP enquanto espaço onde é decidido o destino do orçamento público sob o olhar dos participantes enquanto demandantes de ações do Estado, a análise pode se diferenciar.

Se considerarmos, mesmo no caso de Porto Alegre, a rotatividade dos participantes das rodadas do OP (apesar de seu aumento visível) podemos argüir imediatamente que na medida em que o cidadão possui a sua reivindicação atendida, sente-se desmotivado a continuar participando. Inclusive porque esta participação implica em custos de deslocamento, tempo para as reuniões e até mesmo um conhecimento mínimo para discutir a peça orçamentária.

Podemos afirmar que a participação é motivada por uma “racionalidade instrumental” tal qual nos ensina a tradição norte-americana da “escolha racional” que estuda as organizações sociais (Gohn, 1997). Esta racionalidade instrumental impulsiona o indivíduo para a ação fazendo um cálculo econômico sobre os custos e os benefícios que esta ação lhe impõe.

No caso de municípios predominantemente rurais como Floriano Peixoto e Aratiba, esta afirmativa é ainda mais visível. Aratiba não obteve sucesso na implantação do OP, pois não conseguiu reeleger o partido que o defendia. A principal razão para que isto ocorresse, além das históricas relações clientelistas e de fragilidade no processo de democratização, é a imensa dificuldade do administrador público de proporcionar quantidades adequadas ou suficientes de recursos para investimentos que atraíssem os cidadãos para participarem continuamente do processo. O endividamento da prefeitura, aliado a um percentual significativo do orçamento comprometido com a burocracia, além da redução da arrecadação ocasionado pela situação estrutural de perda de importância econômica da agricultura, impõem uma situação de pobreza para o município e para seu poder público.

Esta situação é bastante diferenciada em Floriano Peixoto, onde numa pesquisa recente de intenção de voto o prefeito atual (o primeiro prefeito do município e que implantou o Orçamento Participativo) possui uma aprovação de cerca de 80% do eleitorado. Flo-

riano Peixoto possui uma situação conjuntural diferenciada, que possibilitou o oferecimento de um percentual significativo do orçamento para investimentos efetivos. Apesar de ser um município predominantemente rural e de ter sido recentemente criado, possui uma estrutura burocrática enxuta, com a menor folha de pagamento do Estado (33 % do orçamento municipal), não possui dívidas, além de ter tido um impulso inicial de recursos provindos do Fundo de Participação dos Municípios e de créditos do município mãe.

É importante perceber que o elemento que varia, entre os dois municípios, não é a peculiaridade de serem predominantemente rurais, fato que lhes impõem sérias restrições de arrecadação; nem mesmo a história de relações clientelistas e de implantação imperfeita da democracia, ambos elementos importantes e determinantes. O que varia é a quantidade de recursos oferecidos pelos administradores municipais para a realização efetiva de investimentos, o que por sua vez se reflete diretamente no cidadão, que vê no Orçamento Participativo a possibilidade de resolver uma necessidade, seja ela o calçamento da rua, a melhoria da estrada, a rede de esgotos, a rede de água, etc.

Precisamos aprofundar nossos estudos para chegarmos a conclusões definitivas. No estágio a que chegamos podemos concluir que a situação econômica e produtiva dos municípios predominantemente rurais, gerada pela estrutura de empobrecimento da agropecuária e da falta de política para o meio rural, é determinante para a obtenção de sucesso em empreendimentos da natureza do Orçamento Participativo.

À guisa de conclusão

Até o momento construímos duas conclusões principais, embora, preliminares. A primeira delas confirma nossa hipótese central, de que o oferecimento efetivo de um montante significativo de

recursos para investimentos que repercutem na vida cotidiana dos cidadãos é tão importante e necessário quanto a disposição do administrador público em ceder espaços de poder à população. O cidadão precisa perceber que tem poder efetivo para manipular recursos e resolver seus problemas.

A segunda conclusão relaciona-se diretamente com a situação estrutural de empobrecimento da agropecuária e, por conseqüência, dos municípios predominantemente rurais. O sucesso de qualquer política de desenvolvimento está diretamente relacionado a sua capacidade de estimular a resolução dos problemas econômicos e produtivos. Estas políticas necessariamente precisam aquecer a economia, gerar riquezas, empregos e concomitantemente construir processos de inovação de gestão de recursos públicos com participação direta dos cidadãos.

A construção de alternativas produtivas e econômicas de desenvolvimento rural são tão importantes quanto o rompimento com a tradição política clientelista ou a vontade política da administração municipal em construir espaços públicos para gestão dos recursos públicos.

Bibliografia

ANDRADE, Edinara Terezinha de; MOURA, Rydi Rolim de. Orçamento Participativo: uma revisão bibliográfica. In: *Cadernos de Ciência Política*: Série Pré-Edições. Porto Alegre: UFRGS, 2000.

BLOCH, Renata A. de; BALASSIANO, Moisés. *A democratização da Gestão Pública*: as relações entre Gestor, Inovação e Porte Demográfico no Município. Apresentado no Encontro da Associação Nacional de Pós-graduação em Administração. Foz do Iguaçu – Paraná, 19 – 22 de setembro de 1999.

FEDOZZI, Luciano Joel. *Do patrimonialismo à cidadania – Participação popular na Gestão Municipal: o caso do Orçamento Participativo de Porto Alegre*. Porto Alegre: UFRGS / PPS, 1996. (Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFRGS).

FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA SIEGFRIED EMANUEL HEUSER. Centro de Contabilidade Social. Núcleo de Contas Regionais. *PIB Municipal do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: FEE, 1998. (CD Rom).

GOHN, Maria da Glória. *Teorias dos movimentos sociais*. Paradigmas Clássicos e Contemporâneos. São Paulo: Loyola, 1997.

GRAZIANO DA SILVA, José. *A nova dinâmica da agricultura brasileira*. 2.ed. rev. Campinas, SP: Unicamp. IE, 1998.

GENRO, Tarso; Souza, Ubiratan. *Orçamento participativo: a experiência de Porto Alegre*. São Paulo: Fundação Percecu Abramo, 1999.

HELD, David. Inequalities of power, problems of democracy. In: MILIBAND, David. *Reinventing the Left*. Cambridge: Polity Press, 1994.

LAKATOS, Eva M.; MARCONI, Marina de A. *Metodologia científica*. São Paulo: Atlas, 1991.

NAVARRO, Zander. *La Democracia afirmativa y el desarrollo redistributivo: el caso de presupuesto participativo en Porto Alegre, Brazil (1989-1998)*. Apresentado en Seminario: “Programas Sociales, Pobreza y Participación Ciudadana”. Cartagena, Colombia: Banco Interamericano de Desarrollo – División de Estado y Sociedad Civil, 12 y 13 de marzo de 1998.

SANTOS, José Vicente Tavares dos. A construção da viagem inversa: Ensaio sobre a investigação nas ciências sociais. In: *Cadernos de Sociologia*, Porto Alegre, v. 3, n. 3, p. 53-88, jan/jul. 1991.

TRIVIÑOS, Augusto N. S. *Introdução à pesquisa em Ciências Sociais: a pesquisa qualitativa em educação*. São Paulo: Atlas, 1987. 175 p.